

Demonstrações Financeiras

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI.

REFERENTE: CONTRATO DE GESTÃO Nº 170/2011 –
SES/GO

31 de dezembro de 2013 e 2012

com Relatório dos Auditores Independentes

www.audisaauditores.com.br
audisa@audisaauditores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaauditores.com.br

19/Fevereiro/2014

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI.

REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 170/2011 - SES/GO

Aos conselheiros e administradores

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Prezado senhor (a),

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 da FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 170/2011 – SES/GO

Atenciosamente,



Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

www.audisaaudidores.com.br
audisa@audisaaudidores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaaudidores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaaudidores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaaudidores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaaudidores.com.br

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI.

REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 170/2011 - SES/GO.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES..... 4

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

www.audisaauditores.com.br
audisa@audisaauditores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaauditores.com.br

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI.

REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 170/2011 - SES/GO.

Relatório dos auditores independentes

Aos conselheiros e administradores

- 1) Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 170/2011 – SES/GO**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

- 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

- 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



www.audisaauditores.com.br
audisa@audisaauditores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av. Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaauditores.com.br

- 4) **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 170/2011 – SES/GO** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo - SP, 19 de Fevereiro de 2014.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3



Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

www.audisaauditores.com.br
audisa@audisaauditores.com.br

SEDE – São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B
Perdizes – 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Rua Xavier da Silveira nº 45 – sala 310
Copacabana – 22061-010
Fone/Fax: (11) 3825-9671
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504
Menino Deus – 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106
Boa Viagem – 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaauditores.com.br

SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI
 CNPJ: 55.401.178/0011-36
BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 Valores expressos em reais - R\$

	Nota explicativa	2013	2012	Nota explicativa	2013	2012
ATIVO						
CIRCULANTE						
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA						
Disponibilidades	7	10	10			
Aplicações financeiras	7	1.050.361	1.543.861			
		1.050.371	1.543.861			
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS						
Contas a receber SES-GO - outeiro e investimento	8	5.647.730	7.438.592			
ESTOQUES						
Estoque	9	236.420	268.033			
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES						
Despesas antecipadas e outros créditos		81.098	90.097			
Adiantamentos		24.535	28.753			
		105.633	118.850			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		7.040.154	9.369.326			
NÃO CIRCULANTE						
IMOBILIZADO						
(-) Depreciação acumulada	10	5.376.130	4.691.818			
	10	(1.638.050)	(535.186)			
		3.738.080	4.152.632			
INTANGÍVEL						
(-) Amortização acumulada	10	3.249.142	2.640.863			
	10	(915.409)	(235.685)			
		2.333.733	2.405.178			
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.071.813	6.557.810			
TOTAL DO ATIVO		13.111.967	15.927.136			
		13.111.967	15.927.136			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores e outras contas a pagar	11	3.043.034	5.856.626			
Obrigações fiscais a receber		47.628	35.206			
Salários, encargos e contribuições	12	410.474	311.634			
Provisões de férias e encargos		477.649	277.776			
Reserva de depreciação	10	8.409.973	7.140.620			
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		12.388.758	13.661.862			
NÃO CIRCULANTE						
Contas correntes com a OSS-FDI	13	1.359.490	2.019.062			
Provisões	14	651.138	237.010			
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.010.628	2.256.072			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio social	15	(66.605)	(66.605)			
Superávit (déficit) do exercício	23	(1.296.621)	75.807			
Superávit com restrição	23	75.807	-			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(1.287.419)	9.202			
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.111.967	15.927.136			
		13.111.967	15.927.136			


 Prof. Dr. Sérgio Aton Ajzen
 Diretor Administrativo Financeiro


 Arlindo Gonçalves Miranda Junior
 Contador - CRC nº 656-174850-1
 (Com comunicação de exercício profissional na jurisdição de Goiás)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

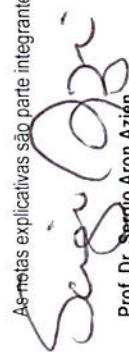
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

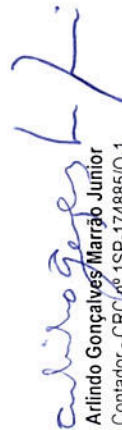
Valores expressos em reais - R\$

	Nota explicativa	2013	2012
RECEITAS LÍQUIDAS			
Repasso contrato de gestão		21.365.329	19.316.832
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Salários e encargos		(9.238.792)	(5.861.432)
Serviços de terceiros		(8.479.443)	(5.427.126)
Matérias	9	(2.778.725)	(1.225.152)
Gerais (água, luz, telefone, aluguel e outras)		(190.900)	(5.624.645)
Depreciações e amortizações		(1.783.998)	(780.873)
Outras despesas (receitas) operacionais		(246.928)	(338.257)
		(22.718.786)	(19.257.485)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DAS DESPESAS (RECEITAS FINANCEIRAS)		(1.353.457)	59.347
Despesas financeiras		(7.694)	(7.485)
Receitas financeiras		64.530	23.945
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	23	(1.296.621)	75.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Prof. Dr. Sergio Aron Azjen
 Diretor Administrativo Financeiro


Marcio Jorge Maudonnet
 Superintendente de Finanças


Arlindo Gonçalves Marrão Junior
 Contador - CRC nº 1SP-174885/O-1
 (Com comunicação de exercício profissional na jurisdição de Goiás)


SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS


DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012


Valores expressos em reais - R\$

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Superávit (déficit) com restrição	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	-	(66.605)	-	(66.605)
Incorporação do déficit anterior	(66.605)	66.605	-	-
Superávit do exercício		75.807		75.807
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	(66.605)	75.807	-	9.202
Destinação do superávit anterior		(75.807)	75.807	-
Superávit do exercício		(1.296.621)		(1.296.621)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	(66.605)	(1.296.621)	75.807	(1.287.419)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Prof. Dr. Sérgio Aron Azjen
Diretor Administrativo Financeiro


Marcio Jorge Maudonnet
Superintendente de Finanças


Arlindo Gonçalves Marrão Junior
Contador - CPF nº SP-174885/O-1
(Com comunicação de exercício profissional na jurisdição de Goiás)

SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
Valores expressos em reais - R\$**

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(1.296.621)	75.807
Itens que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	1.783.998	780.873
Custo na baixa de ativos tangíveis e intangíveis	2.341	47.442
Constituição de provisão para contingências	414.128	237.010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.640.052)	4.014.765
	(1.736.206)	5.155.897
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber	4.430.904	(11.453.347)
Estoques	31.613	(268.033)
Despesas antecipadas	8.999	(90.097)
Adiantamentos	4.218	(18.753)
	4.475.734	(11.830.230)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.853.592)	5.878.688
Obrigações fiscais a recolher	12.422	33.669
Salários, encargos e contribuições	98.840	311.633
Provisões de férias e encargos	199.873	277.776
Contas corrente com a OSS-Fidi	(638.771)	1.972.499
Receita diferida	1.269.353	7.140.620
	(1.911.875)	15.614.885
CAIXA GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	827.653	8.940.552
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(1.321.143)	(7.396.691)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.321.143)	(7.396.691)
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(493.490)	1.543.861
Saldo inicial do caixa e equivalentes	1.543.861	-
Saldo final do caixa e equivalentes	1.050.371	1.543.861
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(493.490)	1.543.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Prof. Dr. Sergio Aron Azjen
Diretor Administrativo Financeiro


Arlindo Gonçalves Marrão Junior
Contador - CRC nº SP-174885/O-1

(Com comunicação de exercício profissional na jurisdição de Goiás)


Marcio Jorge Maudonnet
Superintendente de Finanças



SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (FIDI) ("OSS-FIDI") é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo na rua dos Ingleses, 569 e cuja atividade preponderante ocorre na área de saúde, conforme o artigo 3º do Estatuto Social. A OSS-FIDI é detentora dos seguintes títulos: Utilidade Pública Federal (UPF), conforme portaria nº 1.570, de 09 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 11 de junho 2004; Utilidade Pública Estadual (UPE), conforme Decreto Estadual nº 49.427, de 25 de fevereiro de 2005; Utilidade Pública Municipal (UPM), conforme Decreto Municipal nº 45.531, de 25 de novembro de 2004; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); e qualificada como Organização Social de Saúde do Município e do Estado de São Paulo e do Estado de Goiás.

A OSS-FIDI firmou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), em outubro de 2011, para implantação e operacionalização da gestão dos serviços de apoio diagnóstico na área de imagem ("Entidade") a serem prestados naquele Estado.

A Entidade executa a emissão remota de laudos de exames por imagem, através de meio informatizado, com contato verbal, em tempo real, entre o técnico captador da imagem e o profissional médico especializado sediado na central com disponibilização, se necessário, dos equipamentos e pessoal para a realização de exames por imagem definidos pela unidade hospitalar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras referem-se individualmente à Entidade, tiveram autorização de emissão por órgão da administração em 9 de fevereiro de 2014 e foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Curador da OSS-FIDI em 17 e 29 de abril de 2014, respectivamente.

Para elaborar tais demonstrações financeiras, a Entidade adotou as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e à divulgação de informações contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância aos Princípios de Contabilidade (PCs) e estão em conformidade com todos eles. Tais Princípios de Contabilidade (PCs) são instituídos no Brasil pela Resolução CFC nº 1.282/10. Além das mencionadas regulamentações, foram levadas em conta as características qualitativas da informação contábil, dispostas na Resolução CFC nº 1.374/11, a qual aprova a NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; a Resolução nº 1.376/11, que trata da NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; demais Pronunciamentos, Orientações e Interpretações aplicáveis à Entidade e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, notadamente a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

4. DOCUMENTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 – ITG 2000)

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Políticas da preparação das demonstrações financeiras

A elaboração das demonstrações financeiras foi feita sob o pressuposto da continuidade das atividades sociais da Entidade. As demonstrações financeiras estão expressas em unidades de reais, cujo nível de arredondamento foi o de duas casas correspondentes aos centavos finais. A mensuração das transações foi feita sob o regime de competência e à luz do custo histórico como base de valor, custo amortizável e valor justo quando aplicáveis. Não havia, na Entidade, ativos mensurados pelo método da reavaliação até a data em que este instrumento foi legalmente proibido no Brasil.

Todas as contas estão apresentadas ao valor presente das respectivas datas de encerramento das demonstrações financeiras e refletem as mudanças da moeda ao longo dos períodos.

Todos os ativos estão apresentados mensurados ao seu valor de realização e, quando cabível, foram reduzidos a esse valor de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para tratar o assunto.

Para mensurar os passivos, a Entidade fez uso das melhores estimativas que levam em consideração as perspectivas de saídas de fluxos de caixa para liquidação das obrigações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em expectativas de eventos futuros para os quais a Entidade elabora suas estimativas.

O uso de estimativas para mensurar as transações leva em consideração aspectos objetivos, mas, também, faz uso da elaboração de cenários futuros por parte da administração. Tais cenários constituem fontes de incerteza quanto aos valores de entradas e de saídas de recursos que só serão efetivamente conhecidos nas respectivas datas de realização financeira. Entretanto, a administração não espera grandes distorções quando do desfecho das transações.

Conjunto completo de demonstrações financeiras

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras, a saber: i) balanço patrimonial; ii) demonstração do resultado do período; iii) demonstração das mutações do patrimônio social; e iv) demonstração dos fluxos de caixa. A Entidade, em cumprimento à Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, adequou algumas nomenclaturas adotadas na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis para refletir o contexto das entidades sem finalidade de lucros. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a Entidade aplicou a Resolução CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. De acordo com a Resolução CFC nº 1.138/08, que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a Entidade está desobrigada de elaborar tal demonstração. Conforme estabelece a

Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as empresas devem elaborar, quando aplicável a elas, a demonstração de outros resultados abrangentes. Não foi apresentada tal demonstração pela Entidade, uma vez que não ocorreram transações consideradas como sendo classificadas como outros resultados abrangentes nos períodos compreendidos pelas demonstrações financeiras da Entidade. Para a elaboração das notas explicativas, a Entidade observou todas as normas mencionadas acima, bem como demais normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Análise das despesas

Conforme faculta a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade optou por apresentar a análise de suas despesas pelo método da natureza dos dispêndios e os dividiu em três categorias funcionais dentro da organização, a saber: custos e despesas operacionais; despesas financeiras; e receitas financeiras.

Gestão de riscos financeiros

A Entidade está sujeita aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de crédito: A Entidade mantém suas aplicações financeiras em instituições financeiras de credibilidade reconhecida no país, com o intuito de minimizar riscos de crédito. Para o risco de inadimplência com clientes, a Entidade efetua provisões para ajustar os valores dos seus ativos financeiros ao seu valor de recuperação.

b) Risco de liquidez: Corresponde ao risco de a Entidade não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos, quer seja em decorrência de descasamentos de prazos, quer seja porque o volume de recebimentos esteja inferior ao de pagamentos previstos. Para administrar esse risco, a Entidade estabelece premissas de desembolsos e de recebimentos previstos e monitora diariamente as transações.

Gestão do patrimônio social

Os objetivos da Entidade ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para cumprir os objetivos sociais da organização. Para tanto, procura manter uma estrutura de recursos que seja suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo, fazendo uso de técnicas de gestão financeira e orçamentária.

Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Caixa e equivalente de caixa: Caixa e seus equivalentes incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudanças de valor. O caixa representa o dinheiro em espécie disponível pela Entidade. Bancos são os valores depositados em contas correntes em instituições financeiras. As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

b) Ativos financeiros – classificação: a Entidade classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob a tipologia de empréstimos e recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem os valores a receber de clientes.

c) Valores a receber: Representam os valores a receber pela Entidade por conta da prestação dos serviços de diagnósticos por imagem previstos no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO), bem como o direito de recebimento, no exercício de 2012, previsto em mesmo contrato, de montantes relativos à

verba de subvenção para investimento. Os valores estão mensurados ao custo histórico e ajustados aos seus correspondentes valores de recuperação.

d) Perda do valor de recuperação de ativos financeiros: A Entidade avalia, ao final de cada período de relatório, se há evidência objetiva de que os seus ativos financeiros estão deteriorados. Evidências objetivas de deterioração do valor de ativos financeiros podem ser exemplificadas como: i) dificuldade financeira significativa de recebimento por parte dos clientes; ii) quebra contratual; iii) quando se torna provável de que o cliente não honre o compromisso de pagamento. Quando fatos como esses são comprovados, a Entidade efetua provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

e) Estoques: Compreendem insumos adquiridos para serem utilizados na prestação de serviços de diagnóstico por imagem e estão registrados, inicialmente, pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. A cada data de encerramento de período, para determinação do custo a ser reconhecido ao resultado, os estoques são valorados ao custo médio de aquisição e ajustados ao seu valor de recuperação por eventuais perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado e intangível: Representam os ativos obtidos pela OSS-Fidi e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO). Tais bens foram reembolsados pela Secretaria, conforme previsto em contrato na cláusula que versa sobre a verba de subvenção governamental para investimento. Os bens foram registrados pelo custo histórico de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato. Até a data das demonstrações financeiras, a Entidade mantinha negociações para formalizar a cessão de uso dos ativos obtidos por meio da subvenção governamental. Quando isso ocorrer, a Entidade empreenderá a mudança de política contábil, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

f) Redução ao valor recuperável de ativos: Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são testados para a verificação de seu valor recuperável sempre que exista evidência de perdas, seja por fatores externos, seja por fatores internos à Entidade. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida ao resultado sempre que o valor contábil do bem exceder o valor de recuperação, quer seja por uso, quer seja por alienação. Não houve, no presente exercício, desvalorizações significativas que justificassem ajustes ao valor de ativos, conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

g) Passivos financeiros – fornecedores e outras contas a pagar: São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Normalmente, são registrados pelo valor da fatura correspondente.

h) Receita diferida: registra a contrapartida dos valores recebidos e a receber de verba destinada a ativos não monetários a serem mantidos por meio de subvenções governamentais, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A receita diferida, segundo a mencionada norma contábil, deve ser mensurada a curto e a longo prazos pelo período de depreciação dos ativos adquiridos por meio da subvenção governamental e deve ser reconhecida a crédito no resultado à medida que esses ativos forem sendo depreciados, de modo a eliminar o efeito da despesa correspondente. O valor da receita diferida foi totalmente recebido em 2013 e até a data das demonstrações financeiras, a Entidade mantinha negociações para formalizar a cessão de uso dos ativos obtidos por meio da subvenção governamental. Quando isso ocorrer, a Entidade empreenderá a mudança de política contábil, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A partir de então, a receita diferida passará a ser realizada ao resultado conforme a depreciação dos bens também for incorrida.

i) Benefícios a empregados: incluem: i) benefícios de curto prazo: que são os salários, encargos e benefícios legalmente instituídos ou para os quais a Entidade se compromete de forma construtiva a conceder; ii) benefício pós-emprego: assistência médica pós-emprego, de acordo com a legislação brasileira vigente; e iii) benefício por desligamento: aqueles decorrentes do cumprimento da legislação trabalhista brasileira vigente.



j) **Demais passivos circulantes:** estão demonstrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias até as datas dos balanços.

k) **Contas correntes com a OSS-Fidi:** Representam os recursos que a OSS-FIDI aportou na Entidade para cumprimento do contrato de gestão. Os valores estão mensurados ao custo histórico.

l) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** A OSS-Fidi é parte envolvida em processos judiciais em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Tais processos tiveram a mensuração dos riscos de perda classificada pelos assessores jurídicos da OSS-Fidi e o reconhecimento, mensuração e evidênciação de provisões levou em consideração o que preconiza a Resolução CFC nº 1.180/09, a qual aprovou a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Provisões são contabilizadas e divulgadas quando os correspondentes processos são classificados como sendo de provável perda para a OSS-Fidi. Passivos contingentes são aqueles cuja probabilidade de perda foi considerada possível para a OSS-Fidi. Nesse caso, os valores envolvidos não são reconhecidos no balanço patrimonial, mas mensurados e divulgados em nota explicativa específica. Passivos contingentes também são aqueles cujos respectivos processos foram considerados de perda remota para a OSS-Fidi, sendo esta dispensada de reconhecer e de divulgar seus valores. Ativos contingentes não são contabilizados e a divulgação exigida só ocorre para os processos considerados como de provável ganho judicial para a OSS-Fidi.

m) **Ajuste a valor presente:** A Entidade apresenta as suas contas contábeis em conformidade com a Resolução CFC nº 1.151/09, que aprovou a NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente. Assim sendo, todos os ativos e passivos não circulantes, e também os ativos e passivos circulantes cujo valor seja material, estão apresentados aos seus valores presentes das datas de encerramento das demonstrações financeiras.

n) **Conversão em moeda estrangeira:** A Entidade não possui ativos ou passivos financeiros em moeda estrangeira. A política contábil adotada na eventualidade do surgimento de tais tipos de transação é converter os valores para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos de balanço são convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento de exercício. Ganhos e perdas cambiais resultantes desse processo são reconhecidos ao resultado do exercício em que ocorrerem.

o) **Regime de competência e reconhecimento de receita:** A Entidade fez uso do regime de competência para reconhecer ativos, passivos, receitas, despesas, ganhos e perdas. Com exceção da demonstração dos fluxos de caixa, todas as demais demonstrações financeiras ora aqui apresentadas foram elaboradas pelo regime de competência. A receita é mensurada com base no contrato de gestão administrado pela Entidade e reconhecida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. O reconhecimento da receita ocorre quando o desfecho da transação da prestação dos serviços é confiavelmente estimado, ou seja, quando: i) o valor da receita puder ser mensurado com segurança; ii) serem prováveis os recebimentos por parte dos clientes; iii) a proporção dos serviços executados até a data das demonstrações financeiras puder ser mensurada com segurança; e iv) as despesas incorridas com a transação também puderem ser mensuradas com confiança.

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Resolução CFC nº 1.184/09, que aprovou a NBC TG 24 – Evento Subsequente, a Entidade deve mensurar os eventos ocorridos entre a data das demonstrações financeiras e data da autorização de emissão dessas demonstrações por parte da administração. Tendo sido isolados os principais fatos, a Entidade classifica segundo tipologia normativa a saber: a) eventos que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, os quais originam ajustes; e b) eventos que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras e que não originam ajustes.

A Entidade declara não ter havido eventos subsequentes no período mencionado.



7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Bancos	10	10
Aplicações financeiras	1.050.361	1.543.851
	<u>1.050.371</u>	<u>1.543.861</u>

8. CONTAS A RECEBER SES-GO – CUSTEIO E INVESTIMENTO E RECEITA DIFERIDA

	2013	2012
Secretaria do Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) - custeio	7.022.443	5.312.727
Secretaria do Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) - investimento (a)	-	6.140.620
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(1.374.713)	(4.014.765)
	<u>5.647.730</u>	<u>7.438.582</u>

(a) Na data das demonstrações financeiras, a Entidade detinha os riscos e os benefícios de ativos imobilizados e intangíveis — e passivos a eles associados — alocados ao contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO. Durante o exercício de 2013, os bens foram reembolsados por verba de investimento, cuja contrapartida está registrada no passivo circulante, sob rubrica receita diferida, sendo que a sua realização ao resultado dar-se-á a partir da cessão do uso dos bens, quando a Entidade empreenderá a mudança de política contábil, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

(b) A administração da Entidade julgou necessário constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.374.713 (em 2012: R\$ 4.014.765) para cobrir perdas de valores a receber de custeio.

* maturidade das contas a receber é dada:

	2013		2012	
	Valores a receber	PCLD	Líquido	Líquido
Saldos a vencer	2.023.526	-	2.023.526	1.297.952
Saldos vencidos até 30 dias	6	-	6	-
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	449.418	-	449.418	-
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	440.995	-	440.995	-
Saldos vencidos de 91 a 180 dias	1.550.485	-	1.550.485	10
Saldos vencidos de 181 a 360 dias	2.543.106	(1.359.806)	1.183.300	-
Vencidos acima de 360 dias	14.907	(14.907)	-	-
	<u>7.022.443</u>	<u>(1.374.713)</u>	<u>5.647.730</u>	<u>1.297.962</u>

Por fim, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), em 2013, é:

Saldo em 2011	-
Constituições no período	(4.014.765)
Saldo em 2012	(4.014.765)
Constituições no período	(1.387.076)
Baixas no período	4.027.128
Saldo em 2013	(1.374.713)

9. ESTOQUES

	2013	2012
ateriais médico-hospitalares	211.547	240.984
Material administrativo	5.121	6.482
Material de escritório	19.752	20.567
	236.420	268.033

Os valores escriturados como custo de materiais médico-hospitalares, administrativos e de escritório, nas demonstrações do resultado dos exercícios, são:

	2013	2012
Materiais médico-hospitalares	(1.350.457)	(846.899)
Material administrativo	(311.995)	(172.462)
	(1.662.452)	(1.019.361)

	2013	2012
Despesa de estoque de material de escritório e outros	(1.116.273)	(205.791)

O movimento dos estoques entre os exercícios foi o seguinte:

	2011	Aquisições	Valor consumido	2012
Materiais médico-hospitalares	-	1.087.883	(846.899)	240.984
Material administrativo	-	178.944	(172.462)	6.482
Material de escritório	-	226.358	(205.791)	20.567
	-	1.493.185	(1.225.152)	268.033

	2012	Aquisições	Valor consumido	2013
Materiais médico-hospitalares	240.984	1.321.020	(1.350.457)	211.547
Material administrativo	6.482	310.634	(311.995)	5.121
Material de escritório	20.567	1.115.458	(1.116.273)	19.752
	268.033	2.747.112	(2.778.725)	236.420

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E RECEITA DIFERIDA

O imobilizado e o intangível foram registrados pelo custo histórico de aquisição e representam os bens obtidos pela OSS-Fidi e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO. Durante o ano de 2013, tais bens foram reembolsados pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), conforme previsto em contrato na cláusula que versa sobre a verba de subvenção governamental para investimento. O montante envolvido foi de R\$ 8.409.973 e está registrado na rubrica receita diferida. Até a data das demonstrações financeiras, a Entidade mantinha negociações para formalizar a cessão de uso dos ativos obtidos por meio da subvenção governamental. Quando isso ocorrer, a Entidade empreenderá a mudança de política contábil, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a receita diferida passará a ser realizada ao resultado conforme a depreciação dos bens também for incorrida.

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato.

Classe de ativos	Custo histórico	Depreciação acumulada	2013	2012
			Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	527.759	(181.541)	346.218	447.014
Equipamentos de processamento de dados	1.528.664	(517.285)	1.011.379	1.323.093
Móveis e utensílios	231.193	(64.336)	166.857	189.729
Equipamentos médicos	265.418	(50.064)	215.354	109.279
Equipamentos para digitalização	2.823.096	(824.824)	1.998.272	2.083.517
Total do imobilizado	5.376.130	(1.638.050)	3.738.080	4.152.632
 Direito de uso de softwares	 3.249.142	 (915.409)	 2.333.733	 2.405.178
Total do intangível	3.249.142	(915.409)	2.333.733	2.405.178

A movimentação dos ativos em 2013 é conforme disposto:

Ativo fixo inicial em 2011	3.243
(+) Aquisição	7.396.692
(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi	(13.810)
(-) Depreciação	(780.873)
(-) Baixa	(47.442)
Ativo fixo final em 2012	6.557.810
(+) Aquisição	1.321.143
(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi	(20.801)
(-) Depreciação	(1.783.998)
(-) Baixa	(2.341)
Ativo fixo final em 2012	6.071.813

11. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2013	2012
Serviços médicos e técnicos a pagar	1.124.595	968.132
Fornecedores de insumos, equipamentos e serviços	1.918.439	4.928.494
	3.043.034	5.896.626

12. SALÁRIOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES

	2013	2012
Encargos sociais a recolher	74.235	50.159
Salários a pagar	330.422	261.475
Descontos na folha de pagamento	5.817	-
	410.474	311.634

13. CONTAS CORRENTE COM A OSS-FIDI

Correspondem ao valor dos recursos da OSS-Fidi alocados ao contrato de gestão líquidos das saídas de recursos para cobrir tais custos, conforme demonstrado abaixo:

Saldo inicial em dezembro de 2011	(60.372)
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-Fidi alocados ao projeto	(2.682.063)
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	723.373
Saldo final em dezembro de 2012	(2.019.062)
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-FIDI e mútuos de custos rateados	1.137.267
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	(477.695)
Saldo final em dezembro de 2013	(1.359.490)

14. PROVISÕES

A OSS-Fidi é parte envolvida em processos judiciais que envolvem responsabilidades contingentes. Tais processos, cujo risco de perda foi classificado pelos assessores jurídicos da OSS-Fidi, encontram-se em fase de defesa administrativa ou trâmite na esfera judicial.

Em 2007 foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.61.00.007879-3, para o qual a União (Receita Federal do Brasil (RFB)) interpôs recurso de apelação. Como a ação encontrava-se em fase de julgamento, e sem data prevista, em 2009, a OSS-Fidi constituiu uma provisão que se refere à notificação fiscal de lançamento de débito nº 37.063.204-4 emitida em 18 de maio de 2007 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

A administração da OSS-Fidi, com base na opinião de seus assessores jurídicos, julgou necessário manter a provisão. O balanço da Entidade registra, em 2013, R\$ 651.138 (em 2012: R\$ 237.010), correspondente ao processo, cuja movimentação é dada abaixo:

Em 2011	-
Constituição	237.010
Em 2012	237.010
Constituição	414.128
Em 2013	651.138

Não há, na Entidade, processos considerados como sendo de perda possível ou ganho provável.

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é apresentado em valores históricos e compreende os superávits e déficits ocorridos nos períodos.

16. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A OSS-Fidi é imune à incidência de tributos sobre resultados, patrimônio, renda e serviços, haja vista o art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195º, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

A OSS-Fidi também possui decisão judicial transitada em julgado, oriunda do mandato de segurança nº 0028729-45.2003.4.03.6100, que reconheceu imunidade em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Finalmente, de acordo com Agravo Regimental em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança – Entidade de Assistência Social, Imunidade, julgado em 10 de maio de 2011, conclui-se que a Entidade é imune à contribuição ao INSS (cota patronal).

17. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A OSS-Fidi é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional (CTN) e, por isso, é imune e usufrui das seguintes características: i) a instituição da imunidade é regida pela Constituição Federal; ii) a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; iii) não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); iv) não há o direito (Governo) de instituir nem cobrar tributo.

18. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O artigo 14º do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária e esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade, sendo que o seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (demonstrações financeiras, diário e razão). A OSS-Fidi declara: i) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; ii) aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; iii) manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

19. CARACTERÍSTICA DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A OSS-Fidi é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12º da Lei nº 9.532/97 e no artigo 1º da Lei nº 12.101/09. Por isso é reconhecida como entidade beneficente de assistência social, no qual usufrui das seguintes características relacionadas à isenção fiscal: i) a isenção é regida por legislação infraconstitucional; ii) a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não forem cumpridas as situações condicionadas em Lei (contrapartida); iii) existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas não existe a obrigação de pagar o tributo; iv) há o direito, por parte do Governo, de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

20. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A OSS-Fidi cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS:

- Não concede a seus diretores, conselheiros, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- Atende ao princípio da universalidade do atendimento, no qual são direcionadas suas atividades exclusivamente para o público atendido.
- Tem previsão, nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS:

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e as despesas, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- Conserva, em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial.
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.
- Elabora as demonstrações financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC).

21. SEGUROS CONTRATADOS

A OSS-Fidi mantém cobertura de seguros para eventuais riscos sobre seus ativos, em montante suficiente, sendo que tais seguros cobrem os ativos do contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO ("Entidade").

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas por prazos e taxas que refletem as condições usuais de mercado.

Os valores de mercado dos empréstimos e demais instrumentos ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Entidade declara não possuir instrumentos financeiros derivativos por decisão interna da administração da OSS-Fidi.

23. DÉFICIT DO EXERCÍCIO E SUPERÁVIT COM RESTRIÇÃO

O déficit do exercício de 2013, bem como o superávit com restrição, correspondente ao exercício de 2012, serão incorporados ao patrimônio social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser incorporado ao patrimônio social.


São Paulo, 31 de dezembro de 2013



Prof. Dr. Sergio Aron Azjen
Diretor Administrativo Financeiro



Márcio Jorge Maudonnet
Superintendente de Finanças



Arlindo Gonçalves Marrão Junior
Contador – CRC nº 1SP174885/O-1 (com comunicação de
exercício profissional na jurisdição de Goiás)